



FOTO: Prefeitura Municipal de Guarujá

APRESENTAÇÃO

A Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Guararu é exemplo de como a governança participativa e inclusiva é chave na conservação da Mata Atlântica e no desenvolvimento sustentável.

Uma grande e complexa diversidade de atores está presente em seu território, incluindo comunidades tradicionais de baixa renda, loteamentos de alto nível de renda, marinas, entidades ambientais não governamentais. Destacam-se atrações naturais, histórico-culturais e turísticas.

Gerida por um conselho consultivo e deliberativo, a APA tem mostrado efetividade na conservação de uma das últimas áreas de tamanho significativo e em bom estado que reúne floresta ombrófila densa, mangue e restinga na planície costeira do litoral paulista. E também no equilíbrio e conciliação de necessidades do desenvolvimento sustentável de uma região com grande disparidade de renda, pressionada pela crescente indústria turística e imobiliária de luxo e pela expansão urbana.

DADOS

País:
Brasil

Localização:
Guarujá, São Paulo

Órgão responsável:
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guarujá (SEMAM)

Data de criação:
2012 (decreto municipal 9.948)

Palavras-chave:
Gestão participativa

Bioma e ecossistemas:
Mata Atlântica, Floresta Ombrófila Densa, Restinga e Mangue

Período de sistematização de informações:
abril de 2019



CONTEXTO

A APA Serra do Guararu tem uma área oficializada de cerca de 25,6 km² e seu objetivo é proteger a biodiversidade, gerenciar o ordenamento do uso do solo e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais e do patrimônio arqueológico e histórico.

O município do Guarujá, onde está localizada a APA, localiza-se na região metropolitana da Baixada Santista, na Ilha de Santo Amaro, terceira maior do litoral paulista. Graças em parte às riquezas naturais, há uma forte indústria imobiliária na região, com partes da cidade dedicadas a habitações sazonais. Também conta com uma intensa atividade portuária.

A Serra do Guararu representa uma das últimas áreas em bom estado de conservação com floresta ombrófila densa, mangue e restinga em densidade e tamanho significativos. Essa cobertura vegetal abriga muitas espécies de fauna e de flora que se beneficiam das centenas de nascentes que alimentam o rio Iporanga, cortando a serra.

A região foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) em 1992. Em 2008 foi criado o Instituto de Segurança Socioambiental, organização não governamental que teve papel de destaque na implementação da APA, criada por decreto em 2012.

ABORDAGEM

Um dos elementos principais do processo de implementação da APA tem sido a atuação do seu Conselho, que tem caráter deliberativo e consultivo e é composto por oito representantes do poder público e oito representantes da sociedade civil.

Esse Conselho, que acabou levando a uma aproximação significativa entre o poder público e a sociedade, é constituído por voluntários, representa bem a diversidade de atores e interesses na região e, por consequência, se constituiu em fórum para a comunicação, colaboração e cooperação em torno das prioridades de gestão e de desenvolvimento do território. Desde 2017, as ações do Conselho passaram a ser guiadas pelo Plano de Manejo da APA.

A gestão da UC conta com a participação de cinco funcionários municipais. Ações mais específicas dentro no território da APA têm sido financiadas pelo Fundo de Meio Ambiente, por Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) ou compensações ambientais.

RESULTADOS

- ▶ Elaboração de campanhas conjuntas de fiscalização e zeladoria do território com mutirões junto às comunidades locais.
- ▶ Conexão direta com programas e políticas estaduais, tanto em termos de fiscalização como de desenvolvimento sustentável do litoral paulista.
- ▶ O acúmulo de resultados positivos inspirou a realização de estudos para a criação de uma segunda APA na Serra de Santo Amaro, custeados pelo recebimento de um TAC.
- ▶ O trabalho de fiscalização tem impedido a degradação da região, removendo ocupações irregulares e implementando o regramento ambiental dentro do território, o que demonstra que as medidas acordadas no âmbito do Conselho têm resultados.

LIÇÕES APRENDIDAS

- ▶ A inclusão de todos atores presentes na APA e o engajamento da sociedade municipal nos processos de criação, implementação e de gestão da área fomentam um sentimento compartilhado da necessidade e da responsabilidade na conservação do patrimônio natural e da sua importância para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável.
- ▶ A comunicação é fator fundamental para a corresponsabilidade, por isso é importante divulgar mensagens sobre a Unidade de

Conservação pensando nos diferentes públicos e em uma melhor interlocução entre a sociedade e o poder público.

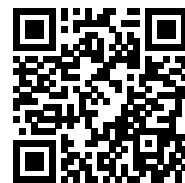
- ▶ O rigor praticado na sistemática das reuniões do Conselho contribui para construir um ambiente de confiança entre atores com interesses muitas vezes distintos e conflitantes. O caráter deliberativo proporciona respostas rápidas, que atendem às necessidades dos conselheiros.

QUEM SE BENEFICIA

A comunidade, que promove um desenvolvimento mais sustentável, incluindo atividades produtivas com esse viés e ganhando qualidade de vida. O poder público, que ganhou um canal permanente de conexão com a sociedade civil.

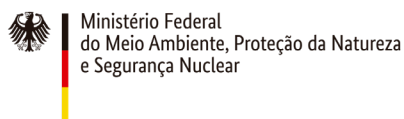
SAIBA MAIS

http://bit.ly/APL_CasesBrasil



APOIO TÉCNICO: Neotrópica - Planejamento, Gestão e Educação Ambiental

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

Por meio da:



Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



da República Federal da Alemanha